

**LÍNGUA PORTUGUESA****10 (questões)**

(Texto)

1 Está em curso uma espécie de guerra fiscal global. Um número cada vez maior de países corta tributos para atrair empresas dispostas a produzir em seus territórios. O Brasil - que amarga uma

5 crise fiscal e se esforça para não promover uma nova rodada de aumento de impostos - corre o risco de ficar para trás, o que significaria perda de investimentos e de empregos.

O exemplo mais retumbante dessa competição

10 vem do Norte. Em dezembro, os congressistas americanos aprovaram a redução da alíquota do imposto sobre o lucro das empresas de 35% para 21%. Ao Sul, porém, há movimentos na mesma direção. Na virada do ano, a Argentina seguiu

15 Donald Trump e também aprovou um corte tributário progressivo.

A lista de nações que já anunciaram a intenção de reduzir os tributos corporativos nos próximos dois anos é diversificada. Inclui Japão, Grécia, Bélgica

20 e Reino Unido. A expectativa é que o México, pressionado pelas mudanças americanas, entre na fila.

(Adaptado de Folha de S. Paulo, 28/01/2018)

01. Assinale a alternativa em que foi utilizado o recurso da referência para a manutenção da coesão do Texto:

- a) “Está em curso uma espécie de guerra fiscal global.” (linhas 1 e 2)
- b) “... para atrair empresas dispostas a produzir em seus territórios.” (linhas 3 e 4)
- c) “Em dezembro, os congressistas americanos aprovaram a redução da alíquota (...)” (linhas 10 e 11)
- d) “Na virada do ano, a Argentina seguiu Donald Trump (...)” (linhas 14 e 15)

02. “O Brasil - que amarga uma crise fiscal e se esforça para não promover uma nova rodada de aumento de impostos - corre o risco de ficar para trás, o que significaria perda de investimentos e de empregos.” (linhas 4 a 8).

No período acima, há um verbo conjugado no futuro do pretérito do indicativo, o qual é empregado para:

- a) Designar ações posteriores à época de que se fala.
- b) Indicar uma ação que ocorreu antes de outra ação já passada.
- c) Exprimir uma ação repetida ou contínua.
- d) Exprimir a possibilidade de um fato passado.

03. Acerca das partículas “que” presentes nos trechos abaixo, representadas por (1) e (2), é correto afirmar que:

“A lista de nações que (1) já anunciaram a intenção de reduzir os tributos corporativos (...)” (linhas 17 e 18)  
“A expectativa é que (2) o México, pressionado pelas mudanças americanas, entre na fila.” (linhas 20 a 22)

- a) A partícula (2) retoma uma conjunção e exerce a função de sujeito simples da oração a que pertence.
- b) O elemento (2) é um termo anafórico de coesão que estabelece um elo de ligação entre duas orações.
- c) A partícula (2) classifica-se morfologicamente como uma conjunção integrante.
- d) O termo (1) introduz uma oração subordinada adjetiva restritiva com predicado nominal.

04. A forma verbal no trecho do Texto “... nos próximos dois anos é diversificada.” (linhas 18 e 19) encontra-se transformada para a voz passiva na seguinte alternativa:

- a) “se diversificou”
- b) “diversifica-se”
- c) Não é possível a transformação para a voz passiva.
- d) A locução já se encontra na voz passiva.

05. “Inclui Japão, Grécia, Bélgica e Reino Unido.” (linhas 19 e 20). Analisando sintaticamente o período acima, pode-se afirmar que o sujeito do verbo existente é:

- a) Elíptico.
- b) Composto.
- c) Oracional.
- d) Inexistente.

06. “Um número cada vez maior de países corta tributos para atrair empresas dispostas a produzir em seus territórios.” (linhas 2 a 4).

Analisando-se o trecho acima retirado do Texto, é correto afirmar que:

- a) Possui uma oração principal que se encontra na voz passiva e sua alteração para a voz ativa resulta em uma oração com sujeito indeterminado.
- b) O verbo da oração subordinada conclusiva concorda em número e pessoa com seu sujeito oculto.
- c) A preposição “a” é exigida pela regência nominal de palavra anterior.
- d) A palavra “para” classifica-se como uma conjunção integrante.

07. Em “... e se esforça para não promover uma nova rodada de aumento de impostos (...)” (linhas 5 e 6), a partícula “se” é utilizada com o fim de:

- a) Indeterminar o sujeito da oração em que se insere.
- b) Complementar o sentido do verbo.
- c) Ressaltar o sujeito da oração em que se insere.

- d) Integrar o verbo de forma pronominal.
08. Levando-se em consideração os conceitos de frase, oração e período, é correto afirmar que o trecho abaixo retirado do Texto é considerado um (a):
- “A expectativa é que o México, pressionado pelas mudanças americanas, entre na fila.”* (linhas 20 a 22)
- a) Frase, uma vez que é composta por orações coordenadas e subordinadas.  
b) Período, composto por três orações.  
c) Oração, pois possui sentido completo.  
d) Período, pois é composto por frases e orações.
09. Analise a frase a seguir: *“Ansiado, agarrou-se à árvore.”* (Manuel da Fonseca, FC, 126). Acerca do trecho sublinhado, é correto afirmar que:
- a) Caracteriza-se como uma oração reduzida de infinitivo que, ao ser desenvolvida, apresenta sujeito indeterminado.  
b) Representa o complemento de um verbo transitivo indireto por meio de uma oração substantiva objetiva indireta reduzida de infinitivo.  
c) É uma oração reduzida por participio de valor adverbial que denota alguma circunstância do fato expresso pela oração principal, ou intensifica o sentido desta.  
d) A oração em destaque tem valor adjetivo; não a encabeça, porém, o pronome relativo “que”, nem seu verbo se apresenta numa forma finita, mas na do infinitivo pessoal.
10. As vírgulas presentes na frase *“Pois eu caçava, visgava, alçapava.”* (Luandino Vieira, JV, 74.) são utilizadas pelo autor com o objetivo de:
- a) Indicar a continuidade de uma ação ou fato.  
b) Isolar expressão de valor meramente explicativo.  
c) Representar na escrita hesitações comuns da língua falada.  
d) Separar orações coordenadas assindéticas.

**MATEMÁTICA**

**05 (questões)**

11. Felipe deseja comprar um carro no valor de R\$ 29.400,00, no entanto, ainda não possui o valor total para a compra. Para arrecadar o valor total, Felipe aplicará seu capital no valor de R\$ 15.000,00 à taxa de juros simples mensal de 2%. Com base nisso, é correto afirmar que Felipe conseguirá comprar o carro após:
- a) 10 meses.  
b) 24 meses.  
c) 36 meses.  
d) 48 meses.

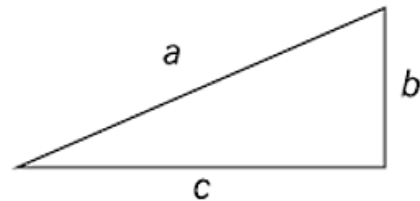
12. A razão entre “a” e “b” é igual a 4. Portanto, é correto afirmar que a razão entre  $(4a - b)$  e “2a”, em termos percentuais, é igual a:

- a) 100%  
b) 125,50%  
c) 175%  
d) 187,50%

13. Durante uma viagem de avião, o piloto anunciou que estavam viajando a 45.000 pés de altura. Considerando que um pé equivale, aproximadamente, 0,30 metros, a que altura, em quilômetros, o avião viajava no instante do anúncio do piloto?

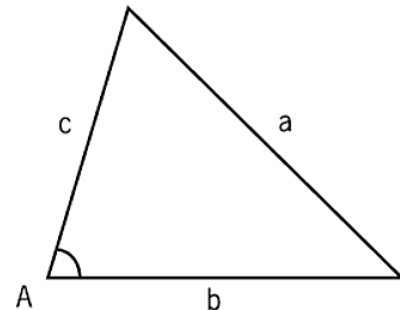
- a) 135 km  
b) 13,5 km  
c) 1,35 km  
d) 0,135 km

14. Considere o triângulo retângulo abaixo. Com base nisso, assinale a alternativa correta para encontrar o valor de “a”:



- a)  $a^2 = b^2 + c^2$   
b)  $a^2 = b^2 + c^3$   
c)  $a^2 = \frac{b^2}{c^2}$   
d)  $a^2 = b^2 \times c^2$

15. “Em qualquer triângulo, o quadrado de um lado é igual à soma dos quadrados dos outros dois lados menos o duplo produto destes lados pelo cosseno do ângulo entre eles.”. A regra que rege tal citação, bem como sua equação são, respectivamente:



- a) Lei dos cossenos;  $a^2 = b^2 + c^2 - 2 \cdot b \cdot c \cdot \cos \hat{A}$   
b) Lei dos senos;  $a^2 = b^2 + c^2 - 2 \cdot b \cdot c \cdot \cos \hat{A}$   
c) Lei dos cossenos;  $a = b^2 \cdot c^2 - 2 \cdot b \cdot c \cdot \cos \hat{A}$   
d) Lei dos senos;  $a^2 = b^2 - c^2 - 2 \cdot b \cdot c \cdot \cos \hat{A}$

**GERAIS E ATUALIDADES 05 (questões)**

16. No ano de 2018 ocorrerão no Brasil eleições presidenciais e também para outros cargos políticos. Em nosso país o voto é obrigatório, contudo o eleitor pode votar em branco ou anular o seu voto, caso não queira optar por nenhum dos candidatos disponíveis. Analise sobre o voto nulo no Brasil:

I- O Tribunal Superior Eleitoral considera como o voto nulo, quando o eleitor digita um número de candidato inexistente, como, por exemplo, "00", e depois a tecla "confirma";

II- Atualmente, vigora o princípio da maioria absoluta de votos válidos, conforme a Constituição Federal e a Lei das Eleições, ou seja, são considerados apenas os votos válidos, que são os votos nominais e os de legenda, para os cálculos eleitorais, desconsiderando os votos em branco e os nulos;

III- Se um terço dos eleitores anularem seus votos, deverá ocorrer novas eleições automaticamente.

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

17. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial no país, fechou o primeiro mês do ano de 2018 em 0,29%, após ficar em 0,44% em dezembro de 2017. É a menor inflação para janeiro desde o início da série histórica do IBGE em 1994, com a criação do Plano Real.

(Fonte adaptada:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/02/08/inflacao-janeiro-ipc-a-ibge.htm?cmpid=copiaecola>)

Com base na notícia acima e utilizando os seus conhecimentos sobre o assunto, é correto afirmar que:

- a) A inflação cresceu muito, frente aos anos anteriores.
- b) A inflação no Brasil diminuiu, com relação aos anos anteriores no mês de janeiro.
- c) A inflação no Brasil subiu em média 2% entre janeiro e fevereiro.
- d) A inflação no Brasil diminuiu em média 0,44% no mês de janeiro.

18. Assinale (V) para as afirmações verdadeiras e (F) para as falsas, segundo os dados oficiais do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sobre o município de Leme-SP, e em seguida assinale a alternativa que apresenta a ordem correta de cima para baixo:

(\_\_\_)- A população estimada para o município de Leme no ano de 2017, foi inferir a 102.000 (cento e dois mil) habitantes;

(\_\_\_)- Os biomas encontrados no município são: Cerrado e Mata Atlântica;

(\_\_\_)- O gentílico empregado quem nasce no município é Lemiense.

- a) F-V-V.
- b) V-F-V.
- c) F-F-V.
- d) V-V-F.

19. Assinale a alternativa correta sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, também denominada de Revolução de 1932:

- a) Estava diretamente ligada com a crise de 1929 no EUA, tinha como intenção instituir o parlamento no Brasil.
- b) Teve duração de três anos.
- c) Ocorreu no estado de São Paulo.
- d) Foi um movimento a favor do presidente de Getúlio Vargas.

20. Assinale a alternativa incorreta sobre a geografia dos estados e regiões brasileiras:

- a) Todos os estados da região nordeste no Brasil possuem faixa litorânea.
- b) A região norte do Brasil é composta por sete estados dentre eles o Tocantins.
- c) Na região centro-oeste o maior estado em extensão é o Mato Grosso.
- d) Se somarmos os estados da região sul, com os estados da região sudeste do Brasil, no total teremos oito estados.

**ESPECÍFICAS 30 (questões)**

21. Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia, conforme a lei 13.303/16, admitirão os seguintes regimes, exceto:

- a) Contratação semi-integrada.
- b) Empreitada integral.
- c) Contratação integrada.
- d) Administração contratada.

22. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa. Acerca do assunto, é correto afirmar que:

- a) Da sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até noventa dias.
- b) Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a perícia judicial.

- c) O recurso administrativo, em regra, possui efeito apenas devolutivo, no entanto poderá a autoridade competente conceder efeito suspensivo.
- d) Do recurso administrativo interposto por servidor público não poderá resultar agravamento de penalidade.

23. Em se tratando de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, conforme lei 8.987/95, é correto afirmar que:

- a) O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.
- b) Cessada a encampação, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.
- c) O poder concedente poderá autorizar, conforme condições do contrato de concessão, a assunção do controle da concessionária por seus financiadores e garantidores com quem mantenha vínculo societário direto.
- d) São princípios que caracterizam a prestação de serviços públicos a continuidade, generalidade, modicidade, adequação, operabilidade e anualidade.

24. Sob o aspecto da amplitude, autoridade administrativa que anula ou revoga ato da administração pública por intermédio de um recurso do servidor público dirigido a autoridade imediatamente superior caracteriza:

- a) Controle de legalidade.
- b) Controle de ofício.
- c) Controle hierárquico.
- d) Controle interno.

25. Uma empresa particular que presta serviços para uma entidade pública deu vantagem econômica a um servidor público para intermediar e acelerar a liberação da verba pública referente ao serviço prestado. Nessa situação, é correto afirmar o servidor responderá por ato de improbidade em razão de:

- a) Descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- b) Enriquecimento ilícito, sujeitando-se à suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, dentre outras penalidades.
- c) Ter agido para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

- d) Ter causado prejuízo ao erário, sujeitando-se à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, dentre outras penalidades.

26. Acerca da responsabilidade civil da Administração Pública, analise os itens a seguir e na sequência assinale a alternativa correta:

*I- A responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva e elencada no risco integral, não se admitindo a aplicação de excludentes de responsabilidade;*

*II- Na hipótese de um detento cometer suicídio em estabelecimento prisional em razão de negligência dos agentes penitenciários, fica caracterizado a responsabilidade objetiva do Estado;*

*III- A responsabilidade civil por ato omissivo do poder público é objetiva, pelo que exige dolo ou culpa, numa de suas três vertentes negligência, imperícia ou imprudência.*

- a) Apenas o item III está correto.
- b) Os itens I e II estão corretos, apenas.
- c) Os itens II e III estão corretos, apenas.
- d) Todos os itens estão corretos.

27. O ato administrativo que se limita a certificar ou atestar um fato sem se vincular ou manifestar a vontade da Administração são denominados:

- a) Atos enunciativos, da espécie certidão ou atestado.
- b) Atos negociais, da espécie licença.
- c) Atos enunciativos, da espécie parecer.
- d) Atos ordinatórios.

28. Considerando os direitos e deveres individuais e coletivos estabelecidos no art. 5º da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) Em razão do princípio da inafastabilidade de jurisdição o acesso ao Poder Judiciário independe de processo administrativo prévio, a exceção do Habeas Data, controvérsias desportivas e reclamação contra descumprimento de Súmula Vinculante.
- b) São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse coletivo ou geral.
- c) A competência constitucional do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.
- d) A prática do racismo constitui crime inafiançável e insuscetível de graça, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

29. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- a) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- b) Proteção do salário-família na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa ou culposa.
- c) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- d) Décimo terceiro salário remunerado com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
30. Compete privativamente à União legislar sobre:
- a) Guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservação do patrimônio público.
- b) Juntas comerciais.
- c) Responsabilidade por dano ao meio ambiente.
- d) Seguridade social.
31. A autonomia dos entes federados poderá ser temporariamente suprimida, em situações excepcionais, determinadas taxativamente pela Constituição Federal. Sobre o assunto, é incorreto afirmar que:
- a) Não há possibilidade de intervenção federal em municípios, pois trata-se de competência estadual.
- b) A União intervirá nos Estados ou no Distrito Federal para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- c) A intervenção federal dependerá de requisição para prover a execução de ordem ou decisão judicial.
- d) Caso haja provimento pelo Tribunal de Justiça à representação formulada pelo Procurador-Geral de Justiça para assegurar observância de princípios indicados na Constituição Estadual, deverá ser decretada intervenção estadual.
32. Serão remunerados exclusivamente por subsídios, exceto:
- a) Procuradores do Estado.
- b) Polícia Rodoviária Federal.
- c) Secretário de Saúde municipal.
- d) Cargo em comissão.
33. A respeito da responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar que:
- a) Somente nos crimes de reponsabilidade caberá juízo de admissibilidade perante a Câmara dos Deputados
- b) Nas infrações penais comuns o Presidente ficará suspenso de suas funções desde o recebimento da denúncia pelo Senado Federal.
- c) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a probidade na administração.
- d) Nos crimes de responsabilidade o Presidente ficará suspenso de suas funções desde a instauração do processo pela Câmara dos Deputados.
34. Mandado de Segurança contra ato do Procurador-Geral da República será processado e julgado, originariamente, pelo:
- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
35. Considerando as funções essenciais à justiça, em especial o Ministério Público, é correto afirmar que:
- a) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei orçamentária anual.
- b) Compete privativamente ao Presidente da República a destituição do Procurador-Geral da República.
- c) São funções institucionais do Ministério Público promover, privativamente, o inquérito civil e a ação civil pública.
- d) É vedado aos membros do Ministério Público receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
36. Conforme o Novo Código de Processo Civil (NCPC), a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a:
- I- Receber citação ou quitação;*  
*II- Renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação;*  
*III- Atuar em todas as fases do processo, inclusive para o cumprimento de sentença, salvo disposição em contrário na procuração.*
- a) Apenas o item III está correto.
- b) Os itens I e II estão corretos, apenas.
- c) Os itens II e III estão corretos, apenas.
- d) Todos os itens estão corretos.
37. Em relação aos atos processuais estabelecidos no NCPC, é correto afirmar que:
- a) Será considerado intempestivo o ato processual praticado antes do termo inicial do prazo.
- b) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.
- c) Ao juiz é admitido reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.
- d) Nos processos eletrônicos, a juntada de petições ou de manifestações em geral ocorrerá mediante ato de serventuário de justiça.
38. Sobre as provas, segundo as normas do novo Código de Processo Civil, é incorreto afirmar que:

- a) Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício.
- b) A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.
- c) A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, independentemente de determinação do juiz.
- d) As declarações constantes do documento particular escrito e assinado ou somente assinado presumem-se verdadeiras em relação ao signatário.

39. No que concerne aos processos de execução, é correto afirmar que:

- a) Em relação à execução contra a Fazenda Pública, tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada não poderá ser, desde logo, objeto de cumprimento.
- b) Não deve ser admitida a reavaliação quando qualquer das partes arguir, fundamentadamente, a ocorrência de erro na avaliação.
- c) Os embargos à execução terão efeito suspensivo, em regra.
- d) Em relação à execução contra a Fazenda Pública, na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias.

40. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

- a) Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.
- b) Incidente de descon sideração da personalidade jurídica.
- c) Exclusão de litisconsorte.
- d) Corrigir erro material.

41. De acordo com a Portaria MPS nº 204/2008 e alterações, o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) será exigido nos seguintes casos, exceto:

- a) Realização de transferências voluntárias de recursos pela União, inclusive transferências relativas às ações de educação, saúde e assistência social.
- b) Pagamento de valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), em razão da compensação financeira com o regime próprio de previdência social.
- c) Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.
- d) Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União.

42. A Portaria MPS nº 403, de 2008, prevê em seu artigo 4º, os regimes de financiamento mínimo do plano de benefícios que o RPPS poderá adotar para observância do equilíbrio financeiro e atuarial. O regime financeiro utilizado como mínimo aplicável para o financiamento dos benefícios de auxílio-doença, salário-maternidade, auxílio-reclusão e salário-família é denominado:

- a) Regime Financeiro de Capitalização.
- b) Regime Financeiro de Repartição Simples.
- c) Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura.
- d) Regime Financeiro de Capitalização pura.

43. A lei no 9.796/99 dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores dos entes federados. Sobre o assunto,

- a) Cada regime de origem deve pagar ao Regime Geral de Previdência Social, quando instituidor, o valor de 50% da renda mensal do benefício.
- b) Os regimes próprios de previdência de servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão, em regra, considerados regimes de origem.
- c) Cada regime próprio de previdência de servidor público tem direito, como regime de origem, de receber do Regime Geral de Previdência Social, enquanto regime instituidor, compensação financeira.
- d) Os desembolsos pelos regimes de origem só serão feitos para os regimes instituidores que se mostrem credores no cômputo da compensação financeira devida de lado a lado e dos débitos pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal.

44. Considerando a Portaria nº 746 que dispõe sobre cobertura de déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, os Aportes para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS ficarão sob a responsabilidade da Unidade Gestora, devendo:

*I- Ser controlados separadamente dos demais recursos de forma a evidenciar a vinculação para qual foram instituídos;*

*II- Permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 05 (cinco) anos;*

*III- Os recursos decorrentes do Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS serem utilizados para o pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Previdenciário*

- a) Apenas o item III está correto.
- b) Os itens I e II estão corretos, apenas.
- c) Os itens II e III estão corretos, apenas.
- d) Todos os itens estão corretos.

45. Considerando a Portaria nº 519, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar na gestão dos recursos de seus RPPS as seguintes obrigações, além daquelas previstas na Resolução do CMN que dispõe sobre a aplicação dos recursos dos RPPS, exceto:

- a) Exigir da entidade autorizada e credenciada, mediante contrato, no mínimo mensalmente, relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e risco das aplicações.
- b) Realizar avaliação do desempenho das aplicações efetuadas por entidade autorizada e credenciada, no mínimo anualmente, adotando, tempestivamente, medidas cabíveis no caso da constatação de performance insatisfatória.
- c) Disponibilizar aos seus segurados e pensionistas a política anual de investimentos e suas revisões, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação.
- d) Assegurar-se do desempenho positivo de qualquer entidade que mantiver relação de prestação de serviços e ou consultoria nas operações de aplicação dos recursos do RPPS e da regularidade do registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

46. O Direito Tributário possui autonomia em relação às outras disciplinas. Essa autonomia se reveste por algumas características. Quanto a esse tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Direito Tributário possui especificidade ou singularidade, que advém de alguns fatores como o acelerado dinamismo de seu objeto.
- b) O Direito Tributário possui como pilares princípios específicos, entre eles, o da capacidade contributiva e o da uniformidade geográfica.
- c) O Direito Tributário conta com institutos que lhe são peculiares, tais como o lançamento, a denúncia espontânea e a isenção.
- d) No Direito tributário a disciplina das relações jurídicas pertinentes à exigência de seus tributos revela a heterogeneidade das normas que perfazem seu objeto.

47. Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar:

- a) A Constituição, ao definir a aptidão para instituir tributos a cada ente federativo, em caráter público, não exclui as demais pessoas políticas da mesma aptidão em casos excepcionais.
- b) As isenções representam vedações à competência tributária, veiculando situações de intributabilidade.
- c) A repartição de competências tributárias estabelece o conjunto de atribuições deferidas a cada pessoa política.
- d) Os princípios informadores do direito tributário são normas de menor hierarquia, não tendo, por isso, o condão de limitar a competência tributária.

48. O princípio da capacidade contributiva está positivado no artigo 145, § 1º, da Constituição Federal, que diz: *“sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados consoante a capacidade econômica do contribuinte [...]”*. Sobre o assunto é incorreto afirmar que:

- a) A capacidade contributiva é uma derivação do princípio da igualdade, que irradia os seus efeitos em todos os setores do Direito.
- b) A capacidade contributiva relativa ou subjetiva reporta-se a um grupo de pessoas pertencente a um setor econômico cuja atividade demonstra aptidão para gerar impostos específicos.
- c) A capacidade contributiva absoluta ou objetiva ocorre quando ocorrer a possibilidade de um sujeito passivo em potencial auferir renda constituindo-se, o fato, em uma manifestação de riqueza.
- d) A capacidade contributiva é a aptidão do destinatário legal tributário em suportar a carga tributária em obrigações cujo objeto é o pagamento de imposto.

49. A validade das normas tributárias pode ser entendida, entre outros aspectos, quanto à sua vigência. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a) A vigência da Lei Tributária é a mesma prevista em normas jurídicas gerais e indica que, em caso de omissão, a lei entrará em vigor 90 dias após a data de sua publicação.
- b) A vigência de decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa se dá com a data da publicação da decisão em questão.
- c) A regra geral de vigência no espaço da lei tributária segue o princípio da territorialidade, devendo vigorar nos limites do território do ente federativo que a editou.
- d) Pelo princípio da territorialidade, não há a possibilidade de editar lei tributária que alcance determinado contribuinte que esteja no estrangeiro por parte de nenhum ente federativo tributante.

50. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, ainda que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) O tributo tem como principal finalidade dotar os cofres públicos de recursos necessários para fazer frente às despesas públicas.
- c) Tributo contributivo é o que encontra sua justificativa na capacidade contributiva, como é o caso dos impostos.
- d) Tributo comutativo ou retributivo é aquele que se base no princípio custo/benefício ou da equivalência, como é o caso de taxas e contribuições de melhorias.